

| | |
|------------------------|-----------|
| Introdução..... | 23 |
|------------------------|-----------|

**PRIMEIRA PARTE:
A CODIFICAÇÃO**

| | |
|--|-----------|
| 1. Código e codificação – alguns conceitos..... | 35 |
|--|-----------|

| | |
|---|----|
| 1.1. Conceito de código | 36 |
| 1.1.1. O nosso conceito de código | 41 |
| 1.2. O código na teoria das fontes | 44 |
| 1.3. Condensação, codificação (código), estatuto, consolidação e compilação: distinções fundamentais | 50 |
| 1.4. O processo de codificação | 55 |
| 1.4.1. Jeremy Bentham: o teórico da codificação | 56 |
| 1.4.2. A codificação como etapa de um ciclo evolutivo do direito ... | 61 |
| 1.4.3. O que determina o nascimento de um código? | 62 |
| 1.4.4. O codificador..... | 66 |
| 1.5. Vantagens e desvantagens da codificação | 70 |

| | |
|---|-----------|
| 2. Codificação e recodificação no direito civil comparado..... | 76 |
|---|-----------|

| | |
|---|----|
| 2.1. A codificação civil na França | 80 |
| 2.2. A codificação civil na Alemanha..... | 90 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 2.2.1. | O debate entre Savigny e Thibaut | 93 |
| 2.2.2. | O BGB e o processo de codificação | 94 |
| 2.2.3. | O BGB na atualidade: as grandes reformas de 2000/2001 | 96 |
| 2.3. | A codificação civil na Áustria | 98 |
| 2.4. | A codificação civil na Itália | 101 |
| 2.5. | A codificação civil em Portugal | 107 |
| 2.6. | A codificação civil no Chile | 114 |
| 2.7. | A codificação civil na Argentina | 117 |
| 2.8. | A codificação civil na Suíça | 120 |
| 2.9. | A codificação civil na Turquia | 122 |
| 2.10. | A codificação civil na Holanda | 124 |
| 2.11. | A codificação civil na Grécia | 127 |
| 2.12. | Um Código Civil Europeu? | 128 |
| 3. | Os antecedentes históricos da codificação brasileira de 1916 | 136 |
| 3.1. | O direito português | 136 |
| 3.1.1. | As Ordenações do Reino de Portugal | 138 |
| 3.1.1.1. | As Ordenações Afonsinas | 138 |
| 3.1.1.2. | As Ordenações Manuelinas | 143 |
| 3.1.1.3. | As Ordenações Filipinas | 147 |
| 3.2. | A influência do direito português no direito civil brasileiro pré-codificado | 152 |
| 3.3. | A Consolidação das Leis Civis de Teixeira de Freitas | 154 |
| 3.4. | O Esboço | 162 |
| 3.5. | O projeto do Visconde de Seabra | 170 |
| 3.6. | As tentativas de codificação pós-Teixeira de Freitas | 172 |
| 3.6.1. | Projeto Nabuco de Araújo | 172 |
| 3.6.2. | Projeto Felício dos Santos | 174 |
| 3.6.3. | Projeto Coelho Rodrigues | 176 |
| 3.6.4. | A Consolidação de Carlos de Carvalho | 182 |
| 4. | O Projeto Beviláqua e o Código Civil de 1916 | 184 |
| 4.1. | Clóvis: um homem e um exemplo | 185 |
| 4.2. | A contratação de Clóvis | 188 |
| 4.3. | O projeto primitivo | 189 |

| | |
|--|------------|
| 4.4. O projeto revisto | 191 |
| 4.5. O Projeto na Câmara (“Projeto Final”)..... | 192 |
| 4.6. O Projeto no Senado (O parecer, a réplica e a tréplica)..... | 197 |
| 4.7. As últimas votações na Câmara e no Senado | 201 |
| 4.8. A <i>vacatio legis</i> | 202 |
| 4.9. A primeira reforma | 203 |
| 5. O Código Civil de 1916 no contexto de seu tempo e as alterações que se seguiram | 204 |
| 5.1. O Brasil em 1917 | 204 |
| 5.2. Um paradoxo: um código germânico para uma doutrina de inspiração francesa | 207 |
| 5.3. As principais alterações sofridas pelo Código Civil de 1916 desde a sua entrada em vigor..... | 210 |
| 5.3.1. Decreto n. 3.725/1919 | 211 |
| 5.3.2. Decreto-Lei n. 9.461 de 15 de julho de 1946..... | 212 |
| 5.3.3. Lei n. 1.768 de 18 de dezembro de 1952..... | 212 |
| 5.3.4. Lei n. 2.437 de 07 de março de 1955..... | 212 |
| 5.3.5. Lei n. 2.923 de 21 de outubro de 1956 | 213 |
| 5.3.6. Lei n. 3.167 de 03 de junho de 1957..... | 214 |
| 5.3.7. Lei n. 3.447 de 23 de outubro de 1958 | 214 |
| 5.3.8. Lei n. 4.121 de 27 de agosto de 1962 (Estatuto da Mulher Casada) | 214 |
| 5.3.9. Lei n. 5.652 de 11 de dezembro de 1970..... | 218 |
| 5.3.10. Lei n. 5.894 de 28 de novembro de 1972..... | 218 |
| 5.3.11. Lei n. 6.515 de 26 de dezembro de 1977 | 218 |

SEGUNDA PARTE: A DESCODIFICAÇÃO

| | |
|---|------------|
| 6. A crise (cíclica) das codificações | 221 |
| 6.1. O envelhecimento dos códigos | 224 |
| 6.2. O envelhecimento do Código Civil de 1916 e o processo de fragmentação do direito civil brasileiro..... | 229 |
| 6.3. O Brasil na era dos microsistemas | 232 |
| 6.4. A constitucionalização do direito civil | 237 |

| | |
|--|------------|
| 7. Natalino Irti e a era da descodificação: uma fase superada pela realidade..... | 245 |
| 7.1. Natalino Irti e a era da descodificação..... | 245 |
| 7.2. Uma nova técnica de legislar por meio de leis especiais e a submissão dos microsistemas ao processo de uniformização sistêmica que a codificação impõe..... | 250 |
| 7.3. A Constituição e o princípio da dignidade da pessoa humana como ponto de integração entre o Código Civil e os microsistemas..... | 253 |

TERCEIRA PARTE: A RECODIFICAÇÃO

| | |
|--|------------|
| 8. A recodificação..... | 259 |
| 8.1. Distinções necessárias entre codificação e recodificação..... | 260 |
| 8.2. Ruptura sim. Revolução não!..... | 262 |
| 8.3. O recodificador..... | 264 |
| 8.4. Recodificação total ou parcial?..... | 265 |
| 8.5. Recodificação e direito intertemporal..... | 267 |

| | |
|---|------------|
| 9. As tentativas de recodificação do direito civil brasileiro que antecederam ao Código Civil de 2002..... | 270 |
| 9.1. O projeto Inglês de Souza..... | 271 |
| 9.2. O anteprojeto de 1941..... | 273 |
| 9.3. O projeto de Código Civil de Orlando Gomes..... | 276 |
| 9.4. O projeto de Código de Obrigações de Caio Mário..... | 284 |

| | |
|--|------------|
| 10. A Comissão Miguel Reale..... | 287 |
| 10.1. Uma comissão de civilistas e a escolha de um jusfilósofo para coordená-la..... | 287 |
| 10.2. Os trabalhos da comissão e a estrutura do anteprojeto..... | 292 |
| 10.3. Os princípios estruturantes..... | 295 |
| 10.4. Principais inovações..... | 299 |
| 10.5. As críticas..... | 306 |
| 10.6. Alguns aspectos da contribuição autoral de Miguel Reale ao texto do anteprojeto..... | 314 |

| | |
|--|------------|
| 11. O Projeto 634/75 na Câmara dos Deputados | 321 |
| 11.1. A apresentação do anteprojeto à Câmara dos Deputados..... | 321 |
| 11.2. A tramitação..... | 325 |
| 11.3. As audiências públicas | 327 |
| 11.4. As principais emendas apresentadas..... | 333 |
| | |
| 12. O Projeto no Senado Federal..... | 351 |
| 12.1. O Projeto de Lei da Câmara n. 118, de 1984 | 351 |
| 12.1.1. A tramitação..... | 351 |
| 12.1.2. O parecer preliminar do Relator-Geral e as dúvidas quanto à continuidade do projeto..... | 354 |
| 12.1.3. As audiências públicas e as contribuições recebidas da comunidade jurídica | 359 |
| 12.2. As principais alterações ao texto do projeto introduzidas no Senado Federal..... | 362 |
| | |
| 13. O retorno do projeto à Câmara e a participação de Ricardo Fiuza .. | 373 |
| 13.1. O projeto retorna à Câmara..... | 373 |
| 13.2. As audiências públicas e demais contribuições recebidas da comunidade jurídica | 374 |
| 13.3. A alteração do regimento | 380 |
| 13.4. O parecer preliminar e as principais mudanças promovidas por Ricardo Fiuza..... | 384 |
| 13.5. A votação da redação final e as emendas de redação | 389 |
| 13.5.1. As emendas de redação | 389 |
| 13.5.2. Redação ou mérito? Excessos bem intencionados..... | 391 |
| 13.5.3. As “emendas de gráfica”: alterações que não foram votadas na comissão..... | 394 |
| 13.6. As críticas..... | 396 |
| 13.6.1. A crítica de Luiz Edson Fachin: Código Civil x dignidade da pessoa humana..... | 405 |
| 13.7. Ricardo Fiuza e a sua contribuição para o direito civil brasileiro: uma homenagem pessoal | 407 |

| | |
|--|------------|
| 14. Sanção e <i>vacatio legis</i>: turbulência e risco | 410 |
| 14.1. As críticas ao texto aprovado e as tentativas de influenciar o Presidente da República a vetar o projeto | 410 |
| 14.1.1. Tentativas de prorrogação da <i>vacatio legis</i> | 413 |
| 14.1.2. A data da entrada em vigor | 418 |
| 14.2. A revogação do art. 374 | 425 |
| 14.3. As alterações do CC/2002 desde a sua entrada em vigor | 431 |
| 14.4. A Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009 e o reinício do ciclo da descodificação..... | 436 |
| 15. A unificação parcial do direito privado: um capítulo à parte | 437 |
| 15.1. Direito comercial: uma autonomia forjada pela história | 439 |
| 15.2. Argumentos contra e a favor da autonomia: superação | 442 |
| 15.3. Direito comercial e direito do consumidor: variações de temas de direito civil | 446 |
| 16. Os novos projetos de reforma..... | 452 |
| 16.1. Esclarecimentos necessários..... | 452 |
| 16.2. Os grandes projetos..... | 453 |
| 16.2.1. O Projeto 6.960 (Projeto Fiuza)..... | 453 |
| 16.2.2. O Projeto CESA (PL n. 7.160/2000) | 459 |
| 16.2.3. Os projetos do IBDFAM..... | 466 |
| 16.2.3.1. O Estatuto das Famílias (PL n. 2285/2007) | 466 |
| 16.2.3.2. As iniciativas anteriores..... | 470 |
| 16.2.4. O projeto do IBDS (Estatuto do Seguro)..... | 471 |
| 16.3. Outros projetos | 472 |
| 16.3.1. Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados..... | 472 |
| 16.3.2. Projetos em tramitação no Senado Federal..... | 489 |
| Conclusões..... | 493 |
| Referências..... | 497 |